

ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA ARQUIVÍSTICA: INTERAÇÕES E INTERLOCUÇÕES (2016-2021)

Resumo: Diferentes estudos abordam a questão da organização, gestão e representação da informação e do conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação. Algumas destas abordagens alargam o espectro para as interações possíveis com a Arquivística. Pretende-se identificar alguns desses estudos e analisar as percepções de autores sobre essas matérias, tendo como alvo alguma da produção científica recente neste âmbito. Trata-se de uma abordagem qualitativa, baseada no método de Investigação Documental. As análises incidem sobre 21 textos, publicados entre 2016 e 2021. Os resultados apontam para a subdivisão do tema principal em três eixos discursivos secundários, reveladores de diferentes, mas complementares, percepções (ou discursos): i) Organização e representação da informação e do conhecimento arquivístico: especificidades e relações; ii) Representação e descrição da informação e do conhecimento arquivístico: interlocuções e desafios; iii) Representação da informação e do conhecimento arquivístico: processos e produtos. As conclusões encaminham a Arquivística e a Ciência da Informação para um território comum - a Representação da Informação e do Conhecimento - , para que a primeira (a Arquivística) possa beneficiar-se, especialmente, no que respeita à eficácia na recuperação da informação, dos conhecimentos científicos consolidados pela segunda (a Ciência da Informação).

Palavras-chave: Arquivos; gestão do conhecimento; representação da informação; organização do conhecimento; organização da informação.

Luís Miguel Nunes Corujo
Doutor em Ciência de Informação
pela Universidade de Coimbra.
Professor Auxiliar Convidado da
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa.
luiscorujo@campus.ul.pt

Maria Cristina Vieira de Freitas
Doutora em Biblioteconomia e
Documentação pela Universidad de
Salamanca. Professora Auxiliar
Convivada da Faculdade de Letras,
Universidade de Coimbra.
cristina.freitas@fl.uc.pt

ORGANIZATION, MANAGEMENT AND REPRESENTATION OF INFORMATION AND KNOWLEDGE IN ARCHIVAL SCIENCE: INTERACTIONS AND INTERCONNECTIONS (2016-2021)

Abstract: Different studies address the issue of organization, management and representation of information and knowledge, in the context of Information Science. Some of these approaches broaden the spectrum for possible interactions with Archival Science. It is intended to identify some of these studies and analyze the perceptions of authors about these matters, targeting some of the recent scientific production in this area. It is a qualitative approach, based on the Documentary Research method. The analyzes focus on 21 texts, published between 2016 and 2021. The results point to the subdivision of the main theme into three secondary discursive axes, revealing different, but complementary, perceptions (or discourses): i) Organization and representation of information and of the archival knowledge: specifics and relationships; ii) Representation and description of archival information and knowledge: dialogues and challenges; iii) Representation of archival information and knowledge: processes and products. The conclusions lead Archival Science and Information Science to a common territory - the Representation of Information and Knowledge -, so that the first (Archival Science) can benefit, especially with regard to the efficiency in the retrieval of information, from scientific knowledge consolidated by the second (Information Science).

Keywords: Archives; Knowledge Management; Information Representation; Knowledge Organization; Information Organization.

1 INTRODUÇÃO

Diferentes estudos abordam, isoladamente, a questão da organização [e da gestão] da informação e do conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivística. Algumas destas abordagens, no entanto, a nosso parecer, procuram ou conseguem conciliar o melhor destes “dois mundos” e encontram na área da representação da informação e do conhecimento, dada a sua plasticidade e capacidade de adaptação a diversos cenários ou contextos, uma via segura para esta confluência de interesses.

Felipe e Pinho (2017) consideram que os procedimentos usados para representar a informação contida num suporte podem ser aplicados tanto a fontes de informação textual como gráfica. Ao referirem que as imagens são exemplos de fontes de informação, apoiam-se em Guimarães (2008), que delimita a Ciência da Informação como uma área “que estuda a informação nas mais variadas perspectivas” (p. 146) e desenvolve os meios necessários para a sua recuperação, recorrendo, para tal, aos estudos realizados no âmbito da Organização do Conhecimento e, na nossa perspectiva, também da Gestão do Conhecimento¹. Exemplificando, referem que um dos meios pelos quais a Organização do Conhecimento [e, conseqüentemente, também a Gestão do Conhecimento], promove a recuperação da informação é a Indexação, sendo esta o conjunto de “mecanismos onde a informação após um tratamento é condensada, representada por descritores ou palavras-chave” (p.146), permitindo ao utilizador o acesso ao conhecimento registado de maneira organizada, para que a informação recuperada seja significativa e satisfaça as suas necessidades informacionais. Em suma, tendo como fito a sua recuperação, a informação é então previamente submetida a um conjunto de ações, vulgarmente conhecidas como tratamento técnico, que contribuem para a sua estruturação e organização, para que o seu acesso possa ser potenciado e facilitado.

Lehmkuhl e Silva (2017), por sua vez, consideram que a Organização da Informação, bem como a Organização do Conhecimento – e, naturalmente, também a Gestão do Conhecimento –, são disciplinas relacionadas com a Ciência da Informação, o que se fica a dever, na ótica de Bräscher e Café (2008), ao seu carácter interdisciplinar. Também consideram

¹ No decorrer de todo este texto, assumimos como posicionamento teórico que as atividades e tarefas embutidas na organização da informação e do conhecimento encontram resguardo na gestão do conhecimento, dado que, entre as quatro tarefas de gestão tradicionalmente referenciadas e já de domínio público no âmbito da Gestão, encontra-se a organização. Por tanto, dirigir, planejar controlar e – organizar – situam-se, a nosso parecer, no universo da gestão da informação, por um lado, e do conhecimento, por outro.

que a Organização da Informação, enquanto campo de estudo, relaciona-se com os registros materiais de informação, ou seja, com os objetos, num terreno concreto, num “processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais” (p. 6). Isto, segundo Lehmkuhl e Silva (2017), tem que ver com o facto de o processo de organização da informação envolver etapas metodológicas orientadas para a recuperação e o acesso. Estas etapas incluem a descrição da forma e do conteúdo do objeto, tendo como consequência a sua representação, que no entender de Bräscher e Café (2008) traduz-se num “conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (p. 5).

Trazendo estas análises para o âmbito arquivístico, Lehmkuhl e Silva (2017) ponderam que as transformações teóricas e metodológicas que impactaram a Arquivística Clássica trouxeram à tona a Arquivística Pós-Moderna, que, conforme sabemos, terá como objeto, não mais o documento, num sentido material, mas a informação orgânica arquivística, promovendo-se assim e, por esta via, a sua aproximação interdisciplinar com a Ciência da Informação. Neste mesmo âmbito, conforme também ponderam, um outro conceito trabalha em paralelo – a representação da informação –, recordando que a sua presença, na Arquivística, ainda ocorre de uma forma pouco problematizada, ao contrário do que se verifica no contexto da Ciência da Informação, razão pela qual a interdisciplinaridade, neste caso, a verificar-se, poderá contribuir para o mútuo crescimento, resguardando-se, naturalmente, as especificidades e o enquadramento dos respetivos campos de estudo.

Alencar e Cervantes (2019) consideram que as atividades de organização [e, segundo a nossa perspetiva, a gestão] e representação da informação arquivística devem ter em conta a sua origem social, administrativa, económica, política e cultural, bem como a sua circunscrição num tempo e num espaço determinados, dado que é produzida e acumulada num circuito de atividades e funções exercidas por instituições públicas, privadas e também no âmbito individual. Partindo desse pressuposto, consideram que o investimento e o esforço disciplinar em estruturas semânticas poderão contribuir para a organização [e, na nossa perspetiva, a gestão] e a representação da informação arquivística, oferecendo como exemplo a construção dos chamados “tesauros funcionais”, cuja utilidade será a de facilitar a compreensão do significado das atividades geradoras da informação de arquivo. Estes instrumentos ou sistemas [de organização, gestão e representação do conhecimento] contribuem para a recuperação da informação arquivística, de forma interativa e semântica, servindo como um complemento importante dos planos de classificação, normalizando as linguagens orgânico-funcionais,

estruturando, expondo e definindo as funções desempenhadas pelas entidades produtoras da informação. Constituem-se, ademais, como pontos de acesso direto à informação.

O desenvolvimento tecnológico, na ótica de Silva, Evangelista e Guimarães (2019) trouxe novos problemas que se espelham, particularmente, no âmbito das atividades de Classificação, Descrição e Indexação. Esses autores focam as suas análises nas questões éticas que permeiam a Organização do Conhecimento [e, por extensão, a gestão desse mesmo conhecimento organizado], desenvolvendo um estudo, especificamente, no âmbito das percepções dos estudantes de Arquivologia e de Biblioteconomia. Entre os valores percebidos e analisados pelo estudo, incluem-se o acesso à informação sem barreiras, a representação fidedigna da informação e a procura ativa da atualização de conhecimentos, com partilha de experiências.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017), ao proporem que o conhecimento arquivístico é “produzido por uma pessoa física ou jurídica no desempenho de suas atividades e que está representado no (ou pelo) conjunto de documentos que compõe um fundo documental” (p. 64), permitem inferir que os acervos arquivísticos refletem o conhecimento produzido por uma entidade (produtora), destacando-se, neste âmbito, o papel e a atuação de três atores: o criador, o utilizador e os intermediários (responsáveis pela gestão dos documentos, por exemplo, arquivistas).

Finalmente, Schmidt e Mattos (2017) apresentam a atividade de ordenação dos documentos como necessária para a sua organização, intelectual e física, nas respetivas agregações, facilitando a sua utilização e recuperação. Consideram tratar-se de uma área pouco estudada, apesar de ocorrer não só na análise física dos documentos, mas também de estar representada nos instrumentos de gestão, como o plano de classificação, e nos instrumentos de pesquisa, estabelecendo, desta forma, uma relação entre a ordenação e a classificação, que se encontram no âmbito da organização e da gestão da informação e do conhecimento, e a descrição, que se espalha na representação da informação, se nos ativermos a uma análise mais restrita dos termos. Referem, ainda, Schmidt e Mattos (2017), que o campo de aplicação da classificação e da descrição são os arquivos ou os fundos, ou seja, o todo, ao passo que a ordenação é aplicada nas partes, ou seja, nas séries documentais, após a sua classificação, nos arquivos correntes, ou após a sua descrição, nos arquivos permanentes.

Diante de um tal enquadramento, pretendemos identificar e sistematizar algumas das diferentes percepções sobre a organização (e a gestão) do conhecimento e a representação da

Informação na Arquivística, tendo como base e como objeto de análise alguma da produção científica recentemente publicada sobre essas matérias. Sendo possível, pretendemos identificar possíveis alinhamentos entre essas áreas e a recuperação da informação, ainda que de um modo preliminar, do ponto de vista arquivístico.

2 METODOLOGIA

Esta investigação, dadas as suas principais características, parte de uma abordagem qualitativa e baseia-se no método da Investigação Documental, perspetivada como processo sistemático para rever ou avaliar objetos documentais, de registos textuais ou gráficos sem intervenção do investigador, que examina e interpreta os dados, para lhes extrair significado, ganhar compreensão e desenvolver conhecimento empírico (Silva, 2021). Procura-se, com esta análise, identificar, seleccionar, avaliar (dar sentido) e sintetizar dados contidos em documentos, produzindo novos dados - excertos, citações ou passagens inteiras - que são seguidamente organizados em temas principais, categorias e exemplos de casos, especificamente por meio de análise de conteúdo (Silva, 2021).

Conforme se observa no esquema a seguir (Figura 1), o processo hermenêutico que subjaz à Investigação Documental recorre à seleção e à análise de fontes.

Figura 1: Esquema metodológico simplificado da Investigação Documental



Fonte: elaboração nossa, com base em Silva (2021).

Na etapa de seleção de fontes, optou-se pelo exame preliminar das Atas das Conferências ISKO Internacional e dos Congressos dos Capítulos do Brasil e Ibérico, publicados nos últimos cinco anos, num total de 48 documentos completos, recuperados em quatro diferentes fontes. Dentro de cada documento, ou seja, nos seus conteúdos, de modo a selecionar unicamente os textos que respondiam aos critérios de pesquisa, realizaram-se buscas automáticas pelo radical *arquiv**, em português, e *archiv**, em inglês e castelhano. Deste modo, foi selecionado um conjunto de 69 textos, dos quais apenas 21 (30%) foram considerados realmente úteis aos propósitos do estudo, após a sua leitura e verificação (Tabela 1).

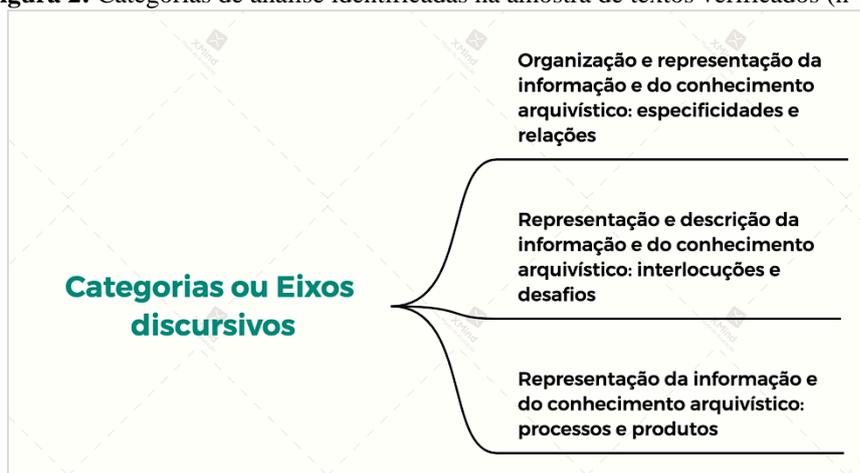
Tabela 1: Amostra de textos identificados e verificados no estudo

Fonte	Período	n.º de edições	Textos identificados	Textos verificados	%
Advances in Knowledge Organization (Proceedings of International ISKO Conferences)	2016-2020	3	15	7	47
Knowledge Organization (Journal)	2016-2021	41	11	2	18
Estudos Avançados em Organização do Conhecimento (Atas dos Congressos Brasileiros em Organização e Representação do Conhecimento)	2017-2019	2	29	6	21
Atas dos Congressos da ISKO - Capítulo Ibérico	2017-2019	2	14	6	43
Total	2016-2021	48	69	21	30

Fonte: elaboração nossa, com base nos dados de pesquisa.

A análise consistiu na identificação e na codificação das percepções que foram sendo encontradas nos conteúdos dos 21 textos verificados, em questões diretamente relacionadas com o tema a investigar. Tal permitiu, posteriormente, discernir categorias ou eixos discursivos principais, que representam as três linhas de interpretação que emergiram dos textos, à volta do tema da organização e representação da informação e do conhecimento arquivístico (Figura 2).

Figura 2: Categorias de análise identificadas na amostra de textos verificados (n=21)



Fonte: elaboração nossa, com base nos dados de pesquisa.

É de referir, para efeitos de validação, que a análise e a interpretação efetuada sobre os textos representam um recorte teórico que espelha um retrato, ou seja, um instantâneo, podendo o seu uso, em outros estudos, realizados por outros investigadores, originar outras categorizações e perceções, diferentes das aqui apresentadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Organização e representação da informação e do conhecimento arquivístico: especificidades e relações

Lehmkuhl e Silva (2017) analisam as questões ligadas à organização da informação arquivística, especificamente no âmbito da sua representação aplicada aos registos civis. Para o efeito, inicialmente, tratam da organização como condicionante da representação da informação e citam Vital e Bräscher (2015) para argumentar que, na Arquivística, a representação da informação é desenvolvida no âmbito dos processos de descrição e, também, na sua correlação com as atividades de classificação, ou seja, no âmbito da Organização da Informação (e do Conhecimento), o que, na nossa perspetiva, de um modo mais lato, aplica-se igualmente ao âmbito da Gestão do Conhecimento, que é registado e formalizado numa dada organização pelos seus produtores e utilizadores de informação. Seguidamente, abordam os registos civis e os seus regulamentos, à luz da organização da informação, focando-se, ainda, conforme dissemos antes, na representação desta classe especial de informação arquivística.

Aspetos como a organização e a recuperação dos documentos de arquivo, neste caso, mais orientados para a descrição, são abordados nos estudos publicados por Linden *et al.* (2017) e também por Vital e Bräscher (2017). O primeiro estudo, mais genérico, identifica a descrição arquivística como função elementar no processo de organização e recuperação, aludindo à evolução que conduziu à sua normalização e aos instrumentos, neste caso, normativos, orientadores do processo. O segundo estudo, de um modo mais específico, aborda a questão da representação temática, concentrando-se no processo de mapeamento das entidades e dos atributos que fazem parte dos modelos conceituais de descrição arquivística.

Num outro estudo, Barros e Gomes (2018) debruçam-se sobre a relação existente entre a classificação arquivística e os sistemas de organização do conhecimento (vulgo, “SOC”), que, numa perspetiva mais alargada, também podem ser considerados sistemas usados na gestão do conhecimento organizacional. Neste caso, especificamente, abordam as ontologias de domínio/ontologias terminológicas como ferramentas usadas na representação de informação. Na prática, conforme constatam, o desenvolvimento de uma ontologia será completamente diferente de uma organização para a outra, uma vez que cada qual terá, certamente, as suas próprias características. A sua construção deverá, por isso, basear-se nos aspetos inerentes à organização arquivística dos documentos, tornando, deste modo, a construção de planos de classificação um processo exigente e fulcral nesse processo.

Freitas (2020) aborda as questões da Organização [e, na nossa perspetiva, a Gestão] e Representação da Informação no contexto dos Arquivos de História Oral. Estes Arquivos lidam com informação de Sociedades que experienciam as suas memórias coletivas guiadas tanto pelos mitos como pela razão, sendo este o pressuposto no qual inicialmente se baseia o estudo. E, uma vez que o registo fixa e retém a palavra num suporte e impõe padrões de comunicação distintos dos praticados no universo oral, no processo de construção das diversas identidades sociais, esse registo é relevante para identificar as relações de poder, que são produtos das divergências entre “incluídos” e “excluídos” nesse processo. Freitas (2020) considera que a construção e a preservação da memória coletiva e a valorização do uso da História Oral servem como justificação para a existência de algumas destas iniciativas de arquivos de história oral em plataformas digitais, que, segundo os dados recolhidos pelo seu estudo, caracterizam-se pelo uso de estratégias semelhantes de organização e de representação da informação, embora em níveis de conformidade diferenciados, bem como pelo respeito pelas regras impostas pelo direito de (não) acesso aos conteúdos.

Mota e Cunha (2019) apresentam as conclusões emanadas de um projeto virado para o estudo das tipologias documentais encontradas num arquivo pessoal, bem como dos contributos que daí se podem obter, no que respeita à organização e, dados os objetivos do estudo, também à gestão desse conhecimento organizacional patentado pela documentação de caráter arquivístico. Tendo como base esse enquadramento disciplinar, referem (Mota & Cunha, 2019) a importância da identificação das tipologias documentais no desenvolvimento das operações físicas e intelectuais de organização e de representação dos arquivos, entre as quais, segundo a nossa perceção, destacam-se, naturalmente, a ordenação e a classificação, no primeiro caso, e a descrição, no segundo caso. Esclarecem que, no caso dos arquivos pessoais, o processo de identificação apresenta particularidades derivadas de uma produção documental que está associada a um titular (pessoa), bem como da diversidade de tipologias decorrentes da prática desse mesmo titular do arquivo, sendo essencial, no entanto, a sua identificação e análise, especialmente, no âmbito das decisões sobre o acesso aos documentos e à memória neles registada. Segundo também referem (Mota & Cunha, 2019), durante a sua vida, as pessoas produzem documentos por razões muito diversas, nem sempre com o fim de comprovar uma atividade, função ou cargo desempenhado. Por isso, o ato de arquivar nem sempre é consciente ou voluntariamente construído, visando o futuro, mas, certamente, será motivado por uma necessidade de responder ao imperativo social de comprovar o que foi vivido (passado) e cultivar emoções e experiências que dão sentido à vida do titular e produtor do arquivo.

Oliveira e Sobral (2017) também consideram que a tipologia documental permite retratar essa maneira de viver, num dado momento histórico, com benefícios para a representação da informação e do conhecimento, por fornecer ao utilizador um conjunto de elementos relacionados aos registos e ao contexto histórico-social vivenciado pelo produtor no ato de produção dos documentos. Nesta linha, apresentam as conclusões emanadas de outros projetos que também se debruçam sobre as tipologias documentais identificáveis num arquivo pessoal, enfatizando, neste caso, não a organização, propriamente dita, mas a representação da informação. Sob este ponto de vista, consideram (Oliveira & Sobral, 2017) que “os estudos e usos da tipologia documental em arquivos pessoais representam esse esforço significativo de conferir ao documento o nome mais adequado de acordo com as características físicas e a atividade que o gerou dentro de um determinado contexto” (p. 1013). O objetivo do estudo dessas tipologias, segundo Oliveira e Sobral (2017), é evidenciar as “diferentes formas de registro de atos com cunho jurídico, administrativo e pessoal, incluindo a vida íntima do

produtor do arquivo, contribuindo para o conhecimento das [suas] formas de relacionamento em sociedade em suas diferentes matizes” (p. 1014). Numa constatação que, a nosso parecer, é convergente com o que se observa no estudo de Mota e Cunha (2019), Oliveira e Sobral (2017) reconhecem que as tipologias documentais são representações de ações e atividades vinculadas à gênese dos documentos, sendo fundamentais para a compreensão do arquivo estudado e também para o processo de descrição arquivística.

Na continuidade desses projetos, Oliveira *et al.* (2019) afirmam que, nos arquivos pessoais, a identificação tipológica se tem revelado como um método coerente no processo de organização do conhecimento [e, por transposição, de gestão do conhecimento formalizado, registrado e compartilhado] e, conseqüentemente, de potencialização do acesso à informação. No seu entendimento, a identificação tipológica assenta-se na convergência da identificação do tipo documental – aqui percebido como forma de representação das ações entre o indivíduo e a sociedade – e dos conceitos considerados como equivalentes das características e dos contextos que um dado documento poderá então representar. Assim, consideram que um indivíduo produz documentos que espelham os mais diferentes atos, durante a sua vida. Desse modo, a descrição deve garantir a estabilidade de sentido [em termos de significação, significância e significado, segundo inferimos] dos documentos relativamente à sua gênese, dado que a representação da informação, nos arquivos, requer o conhecimento dos aspectos relacionados à produção, bem como às formas e às características dos documentos.

Num outro estudo, Oliveira *et al.* (2020) voltam a refletir sobre esta perspectiva circunstancial da “representação persistente” - ou seja, estável - do documento arquivístico, reiterando o poder de representação das práticas sociais, que emana das tipologias documentais, clarificando que estas ajudam a compreender o contexto de produção dos documentos e o chamado vínculo arquivístico, tornando o acesso em algo instrumental. Deste ponto de vista, essas práticas sociais são regras tácitas que controlam não só o comportamento do indivíduo, mas também a estrutura e a forma dos documentos, fornecendo a chave para a compreensão do contexto de produção do arquivo e melhorando o seu uso [naturalmente, em função de uma percepção persistente do seu significado], o que se consegue através da identificação das estruturas semânticas e cognitivas utilizadas para nomear as tipologias documentais e da sua conexão com a ação, que é considerada a fonte do registo documental. Consideram, assim, que as tipologias documentais podem ser usadas como um instrumento de transparência num sistema de gestão documental [e, por extensão, num sistema de gestão da informação e do

conhecimento]. Num tal contexto, a sua identificação, bem como das funções que representam, também ajuda na aquisição de conhecimento sobre a produção arquivística, sobre esse vínculo arquivístico que liga o produtor aos documentos e sobre a missão e as funções da entidade produtora do arquivo. Todo esse conhecimento servirá, naturalmente, para orientar as políticas de gestão e avaliação e, por fim, tornará os documentos acessíveis para as questões relacionadas à obrigatoriedade de prestação de contas e de transparência informacional (neste caso, ativa). Em resumo, essas tipologias documentais expressam, nos arquivos, as atividades desempenhadas pelo indivíduo ou pela instituição produtora e refletem os diferentes usos e funções atribuídos aos documentos. Nesta medida, o seu reconhecimento [ou conhecimento, à luz das atividades de gestão do conhecimento] será, de facto, essencial à sua representação persistente, vinculada à gênese da sua produção e aos processos de que participa o produtor, para além de ser revelador do contexto em que as ações decorrem, bem como dos atores, desdobramentos e vestígios da sua futura utilização [ou reutilização, à luz da gestão do conhecimento] pela sociedade. Esse mecanismo é o que mais se aproxima da funcionalidade e da dinâmica do facto [reconhecimento das tipologias documentais] e das suas consequências [representação persistente] e é, sem dúvida, o que sustenta a persistência típica dos documentos de arquivo [em função da sua identidade tipológica]. Nesse sentido, quando é realizada a identificação tipológica, o arquivista encontra-se no epicentro do processo de representação da informação arquivística [e também das atividades de partilha de conhecimento]. Por fim, Oliveira *et al.* (2020) defendem que as tipologias documentais servem de base à construção de sistemas de classificação, que são um eixo importante para a avaliação arquivística, pois trazem à tona a essência da ação representada. Por serem a representação mais próxima dos atos, os documentos de arquivo têm força de prova, ou seja, revelam a representação persistente do documento arquivístico, contribuindo para a organização do conhecimento na dimensão dos arquivos, dos seus produtores e da sociedade, num dado período histórico. São, assim, produtos sociais e gatilhos da nossa memória individual ou coletiva.

Representação e descrição da informação e do conhecimento arquivístico: interlocuções e desafios

Orrico e Silva (2016) abordam a representação da informação na confluência com a descrição arquivística, identificando-a com o processo pelo qual arquivistas criam

representações de conjuntos documentais, identificando o seu contexto e conteúdo. Trata-se esta de uma atividade intelectual, que requer uma compreensão interpretativa do texto, conhecimentos históricos e capacidade de redigir propostas de descrição de coleções, com a finalidade de controlar os documentos de arquivo e criar condições para o seu acesso. Apresentam (Orrico & Silva, 2016) um estudo de caso desenvolvido no Brasil, a pretexto do qual afirmam que a representação da informação é abrangida pelo processo da comunicação, por ser esta entendida como uma forma de mediação da linguagem no contexto do tratamento da informação arquivística. Os instrumentos de mediação da utilização de informação, a seu parecer, são também recursos importantes para a transparência e a construção da identidade e da cidadania e para a promoção da participação política e minimização da desigualdade social. Assim, na sua percepção, as estratégias de organização do conhecimento fornecem subsídios para a ordenação da informação incorporada nos acervos custodiados [pelos arquivos], de forma mais eficaz e, transformam as instituições arquivísticas em elementos intermediários na construção da cidadania.

Tognoli e Rodrigues (2018) abordam aspetos que interpretamos como uma tentativa de interlocução da Arquivística com a Diplomática, formulando uma proposta de aplicação dos conceitos desta última à descrição arquivística (aqui entendida como processo de representação do conhecimento arquivístico), englobando as ideias de identificação, representação e organização [arquivística]. No âmbito da descrição, especificamente, demonstram que a Diplomática fornece apoio à análise documental, possibilitando, por um lado, o estudo das relações dos documentos com o seu contexto de criação e o seu produtor e, por outro, o estudo da forma documental, com o fito de compreender os documentos como testemunhos de factos. A Diplomática e o seu método apresentam-se, pois, como necessários à organização e à representação do conhecimento arquivístico, no âmbito das funções arquivísticas de classificação e de avaliação, no primeiro caso, e de descrição, no segundo caso.

Montoya-Mogollón e Troitiño Rodriguez (2020) também procuram estabelecer uma via de interlocução entre três áreas assim identificadas: Arquivística Diplomática Digital, Ciência Forense Digital e Organização [e, na nossa perspetiva, num quadro evidentemente mais alargado, de Gestão] do Conhecimento. O seu intuito é, segundo afirmam, mudar a forma de perceber os problemas apresentados pela informação de arquivo eletrónica, especialmente, no que toca aos seguintes desafios: manutenção e preservação, de longo prazo, desta classe de informação, como fonte autêntica, precisa e confiável; estabelecimento de repositórios

confiáveis para o seu armazenamento e o seu acesso. Quanto a esses aspetos, em particular, consideram que as ferramentas e as aplicações produzidas e desenvolvidas pela Ciência Forense Digital devem ser associadas, com um fito dialógico, ao conhecimento já incorporado por arquivistas, no âmbito quer da descrição de informação analógica ou digital, quer das ferramentas de gestão derivadas desse conhecimento adquirido, por forma a obter consensos e soluções que ponham cobro aos desafios mencionados. Portanto, defendem (Montoya-Mogollón & Troitiño Rodriguez, 2020) que os diferentes conceitos e técnicas deste enquadramento interdisciplinar serão um excelente contributo para a teoria e a prática da organização do conhecimento [bem como para a sua gestão], em ambientes digitais, particularmente, no que se refere a questões de garantia da autenticidade. Assim, a Arquivística Diplomática forneceria uma estrutura que apoiaria a preservação da integridade e da identidade da informação arquivística nadodigital, e a junção com a Ciência Forense Digital permitiria o uso de ferramentas e práticas usadas para aprofundar a representação de dispositivos digitais e as suas camadas, mantendo informação precisa para produzir conhecimento preciso.

Ainda, a respeito desse conhecimento especializado incorporado por arquivistas, no passado, Bak *et al.* (2019) apresentam uma perspetiva interessante. Segundo a sua perceção, a função de organização da informação, que, nos arquivos, tem como base lógica [e dialógica] o respeito pela proveniência dos documentos [e, por extensão, da informação e do conhecimento], corresponde a um processo de criação [e de partilha, na nossa perceção] de conhecimento, por parte dos próprios arquivistas, processo este que funciona numa espécie de “bricolage” ou “remix”, em tudo semelhante ao que ocorre no processo de criação de conhecimento na cultura digital contemporânea. Assim sendo, propõem que a descrição arquivística se torne uma forma de representação, na qual os arquivistas e as comunidades representadas, revelem, precisamente, como as coleções foram criadas, moldadas e mediadas. Nesse contexto, consideram que as atuais abordagens de descrição participativas e baseadas na comunidade, realizadas por arquivistas, exigem, urgentemente, um registo probatório dos seus processos de consulta à comunidade e mediação profissional.

Troitiño Rodriguez (2018), numa perspetiva tradicional, recorda a importância da recuperação de conhecimentos relativos à história da entidade e ao percurso custodial de um arquivo, desde a criação da informação arquivística até à sua entrada no repositório, para a consequente organização [e gestão] do conhecimento relacionado com o próprio arquivo. Assim, relembra que os elementos de descrição arquivística, presentes em várias normas,

ligados à história administrativa, institucional ou biográfica, e à história arquivística, são de fundamental importância para a organização desta informação [e, na nossa percepção, dos conhecimentos acerca do próprio arquivo, que serão partilhados e utilizados], para além de reveladores de práticas burocráticas e de transformações das entidades ao longo de sua existência. Conhecer o sistema de organização da entidade, identificando funções, atividades e procedimentos, leva ao entendimento dos mecanismos do sistema documental e de acesso à informação e, conseqüentemente, à contextualização da criação da informação de arquivo. Consideramos que estes conteúdos descritivos facilitam o desenvolvimento de classificações funcionais.

Representação da informação e do conhecimento arquivístico: processos e produtos

Troitiño Rodriguez *et al.* (2016) identificam a indexação como um processo de Organização do Conhecimento que possui uma metodologia de representação da informação que garante o acesso e a recuperação dos documentos². Nesse contexto, a indexação pode contribuir para a Arquivística, no que diz respeito à gestão de documentos [nesta perspectiva, a nosso parecer, também de informação e de conhecimento], de forma a organizar e a representar a informação em um ambiente organizacional, para que possa ser recuperada, para além de atuar diretamente sobre a racionalização da organização do próprio sistema, colaborando na aplicação do esquema de classificação, sem ocultar os seus conteúdos temáticos. Neste sentido, defendem que o nível de classificação mais apropriado para a aplicação da indexação será o do documento, por ser este o que detém a estrutura textual adequada para identificar os conceitos que serão úteis para a gestão e a recuperação de informação [e de conhecimento] para finalidades de acesso. Além disso, considerando o dinamismo da informação de arquivo, sugerem que o momento adequado para a aplicação da indexação é o do registo do documento no sistema de gestão documental.

Cândido *et al.* (2017) abordam as perspectivas teóricas e práticas do termo Indexação na Arquivística. Esse termo, segundo afirmam, é apontado “por Schellenberg (1980) no século XIX e XX como um processo que tem como base a Catalogação, que advém do Tratamento Temático da Informação (TTI)” (p.162). Posteriormente, com a automatização, na década de

² Pret e Cordeiro (2019) definem Indexação do seguinte modo: “processo de análise conceitual e representação da informação do documento que possibilita a sua recuperação futura” (p. 167).

1980, passa a ser percebido como um processo relacionado com a descrição do documento de arquivo, apresentado pela ISAAR (CPF). Consideram que apesar desta norma apresentar alguns elementos/atributos que devem ser observados no ato de extração do conteúdo do documento para a sua representação, ela não apresenta técnicas ou métodos que auxiliem a análise, apresentando somente orientações para a representação da informação [e, por extensão, do conhecimento]. Nessa medida, afirmam a necessidade de mais discussões relativas aos métodos do TTI na Arquivística.

Tognoli, Milani e Guimarães (2017) abordam os aspectos teóricos da indexação orientada para arquivos permanentes. A abordagem dos elementos relativos à análise e representação de assunto permite-lhes afirmar a complementaridade entre a Organização do Conhecimento [e, na nossa perspectiva, de modo analógico, a Gestão do Conhecimento] e a Arquivística, na medida em que esta organiza, principalmente, para testemunhar a produção documental, com base no princípio da proveniência. Seguindo a lógica das normas de descrição como a ISAD(G), referem a necessidade de definir pontos de acesso e indexação de assuntos que apoiem a pesquisa, a identificação e a localização de documentos. Se os pontos de acesso são necessários para a recuperação de conteúdo descritivo, a indexação por assuntos deve considerar o produtor (à luz da ISAAR(CPF)), os assuntos relativos à história administrativa/biografia e o âmbito e o conteúdo. Tognoli, Milani e Guimarães (2017) recomendam que a indexação por assuntos seja feita nos arquivos permanentes, para apoio dos utilizadores na recuperação de informação³.

Pret e Cordeiro (2019) analisam a influência dos estudos semânticos na Indexação e promovem uma aproximação dos estudos de indexação aos estudos semânticos, para encontrar melhores formas de representação da informação de arquivo nos Sistemas de Informação. Defendem que, não sendo a linguagem natural perfeita, requerem-se mecanismos de controlo e certificação para manutenção do real significado das coisas. Referem que a lógica representacional, originária da Semântica Formal (Frege, 1978), procura controlar os sentidos da linguagem por via de relações formais, eliminando as suas imperfeições, mas que tal controlo apenas seria possível se o sentido fosse estabelecido de forma objetiva e em referência à descrição da realidade. Numa outra perspectiva, a Semântica Cognitiva (Chomsky, 1999) concebe a linguagem como uma faculdade mental com alguns padrões finitos, que podem ser

³ Consideram que a indexação ocorre como etapa posterior à representação arquivística, isto é, só depois da descrição dos elementos definidos pelas normas. Nesta medida, afirmam que os processos de representação (classificação e descrição) não devem sofrer influências da indexação, já que se trata de um processo de intelecção que não é neutro.

combinados de várias maneiras. Partindo do pressuposto que “o aparato combinatório e interpretativo da gramática da mente consiste em um conjunto de princípios e regras, inconscientes, mas que podem ser analisados precisamente porque, de algum modo, eles são análogos a operações matemáticas” (p. 166), se a normalização da representação dos documentos operada na indexação for garantida na entrada dos sistemas, a recuperação dos registros poderá aumentar a sua eficácia. Para essas autoras (Pret & Cordeiro, 2019), as regras de indexação são formas de representação que podem expressar os assuntos dos documentos com o fim de os recuperar; todavia, a indexação designa um conjunto de práticas sociais particulares, pelo que a construção de princípios de indexação ou os seus tipos de facilidades, particularidades e práticas de recuperação dependem, principalmente, do entendimento preliminar de que as práticas sociais constituem a produção de sentido dos documentos num contexto histórico, social, atual.

Silva, Dias e Rodrigues (2019), no processo de estruturação de um vocabulário controlado, abordam a necessidade da indexação, “responsável por condicionar os resultados das estratégias de busca, ou seja, o bom desempenho da indexação refletirá sobre a recuperação da informação presente nas bases de dados” (p. 385), sendo umas das suas operações fundamentais a leitura e interpretação de texto, para representar conteúdos informacionais, para controlo e recuperação de informação, o que envolve a condensação do conteúdo por via da hierarquização, seleção e generalização. Neste âmbito, sumarizam o complicadíssimo processo por trás da implementação de uma Política de Indexação, necessária para normalizar a linguagem documental utilizada nos acervos, aumentar o nível de precisão da recuperação de informação, apoiar a interoperabilidade das bases de dados dos acervos, compatibilizar a linguagem documental da entidade com a linguagem dos utilizadores, aumentar a recuperabilidade dos objetos de informação, e seguir as normas utilizadas em instituições dedicadas ao património documental a nível nacional e internacional. A sua implementação implica uma equipa de coordenação de modo a promover a participação de todas as áreas detentoras de acervos documentais, o estabelecimento de uma rede de especialistas das áreas de atuação, para apoiar as ações relacionadas com a atualização do vocabulário controlado, a capacitação dos documentalistas na aplicação das diretrizes estabelecidas na política do uso do vocabulário controlado, revisão de todos os termos utilizados nos acervos para apoio e inclusão e exclusão de termos no vocabulário controlado, assim como a avaliação das necessidades dos

documentalistas relativas à inclusão de novos termos, e a revisão constante das diretrizes apontadas na política e dos termos adotados no vocabulário controlado.

Souza *et al.* (2017) abordam a utilização dos vocabulários controlados como instrumentos de pesquisa e trabalho no âmbito da representação e recuperação da informação nas instituições que possuem acervos arquivísticos. Definem os vocabulários controlados como instrumentos que nomeiam os termos correspondentes à linguagem documental utilizada nos arquivos, com o objetivo de organizar e recuperar, de forma consistente e precisa, os documentos e informação arquivística. Nesse sentido, buscam a normalização da linguagem a ser utilizada pela instituição, através da nomeação de um termo único para determinado fim, evitando assim múltiplas entradas, e garantindo a recuperação completa da informação. Sob este ponto de vista, consideram tratar-se de um método utilizável tanto na organização como na recuperação, servindo para todos os processos arquivísticos rotineiros, uma vez que se trata de um sistema de referência comum e partilhado pelos produtores e pesquisadores da informação arquivística de uma mesma entidade de custódia, garantindo a melhoria dos Planos de Classificação e Tabelas de Seleção e Avaliação Documental. Concluem Souza *et al.* (2017) que, embora incidam no processo de recuperação de informação, os vocabulários controlados facilitam o cotidiano de todas as etapas documentais, desde a produção até à pesquisa em arquivo permanente. Identificam o conceito de representação da informação com o estabelecimento de conceitos e notações simbólicas em Sistemas de Informação analógicos e digitais. Afirmam que, no contexto arquivístico, a abordagem da representação da informação apresenta lacunas, derivadas das correntes de pensamento oriundas da historiografia do século XIX, que privilegiavam o termo descrição em detrimento do termo ou atividade de representação. Assim, ponderam que a representação da informação em arquivo, no âmbito da Arquivística Pós-Moderna⁴, possui um caráter dinâmico e mais abrangente do que a gestão documental [porque, evidentemente, procura alcançar as necessárias interlocuções com a gestão da informação e a gestão do conhecimento], tendo à sua frente um campo permeado pela interdisciplinaridade com outras áreas, como a Ciência da Informação, a Gestão, a Biblioteconomia, a Informática.

Finalmente, Souza (2019), num alinhamento convergente com o anterior, traça o cenário da utilização de vocabulários controlados, um tipo de sistema de organização do conhecimento

⁴ Na contemporaneidade, diferentemente do ocorrido na sua fase Moderna, ou seja, na perspectiva de uma Arquivística “Schellenberguiana”. Não adensaremos o debate no sentido destas perspectivas, pelo facto de que são sobejamente conhecidas no meio arquivístico.

(SOC), na nossa perspectiva também muito legitimamente considerados sistemas de gestão do conhecimento, perspectivando-os como ferramentas de investigação e trabalho, no âmbito da representação e recuperação da informação em instituições que gerem acervos arquivísticos. Nesse intento, considera haver necessidade de maior ênfase na temática da representação de informação arquivística, no domínio acadêmico, uma vez que a sua utilização pode aumentar a visibilidade dessas coleções, relevantes para a sociedade da informação. No que respeita à delimitação desse campo de estudos, refere que a representação da informação está associada à classificação e à recuperação da informação, no âmbito da Organização do Conhecimento em Ciência da Informação.⁵

4 CONCLUSÃO

Neste estudo, o intento foi identificar e sistematizar algumas das diferentes percepções sobre a organização (e a gestão) do conhecimento e a representação da informação na Arquivística, com base em alguma da produção científica publicada sobre essas matérias nos últimos cinco anos (2016-2021).

As estratégias metodológicas levaram à identificação de três eixos principais de análise. No primeiro eixo, nomeado “Organização e representação da informação e do conhecimento arquivístico: especificidades e relações”, foram abordados procedimentos ou estruturas (*e.g.*, a identificação tipológica, as tipologias documentais, os sistemas de organização do conhecimento) e funções arquivísticas específicas (*e.g.*, a classificação e a descrição), tradicionalmente vinculadas à organização da informação em arquivos, que podem, no entanto, subsidiar o processo de representação e recuperação da informação e do conhecimento arquivístico. No segundo eixo, intitulado “Representação e descrição da informação e do conhecimento arquivístico: interlocuções e desafios”, foram abordadas algumas áreas disciplinares (*e.g.*, a Diplomática Digital, a Ciência Forense Digital, a Descrição Documental), aventando que podem oferecer interessantes possibilidades de interlocução com a Arquivística Contemporânea, no mesmo sentido de apoiar e melhorar o processo de representação da informação e do conhecimento arquivístico no meio digital, e de oferecer uma oportunidade para enfrentar os desafios que se apresentam nesse meio, no que respeita a aspetos

⁵ Nesse intento, Souza (2019) defende a importância da adoção do conceito de representação da informação em arquivos, utilizando vocabulários controlados associados às novas tecnologias da informação e à ecologia informacional, consolidando a área como um campo científico e interdisciplinar para a Ciência da Informação.

absolutamente cruciais, como sejam: a autenticidade, a persistência, precisão, a armazenagem e a preservação de longo prazo da informação arquivística, bem como o acesso e a recuperação dessa mesma informação quando solicitados. No terceiro e último eixo, designado “Representação da informação e do conhecimento arquivístico: processos e produtos”, como o próprio nome indica, foram analisadas algumas das potencialidades da indexação, enquanto processo de representação temática dos documentos, bem como da sua aplicação no âmbito da Arquivística, tendo como repto a eficácia na recuperação da informação em arquivos organizacionais, por um lado, e/ou permanentes, por outro. Neste âmbito, foi dito que os sistemas de organização e de gestão do conhecimento arquivístico, entre os quais as classificações, jogam um importante papel no que toca a subsidiar o processo de indexação dos documentos de arquivo.

Como conclusão, o encaminhamento da Arquivística e da Ciência da Informação para um território comum – a Representação da Informação e do Conhecimento. Dito encaminhamento, poderá beneficiar a primeira (a Arquivística) com os sólidos conhecimentos científicos consolidados pela segunda (a Ciência da Informação), especialmente, como vimos, no que respeita à melhoria na gestão dos seus processos, com vista à obtenção de uma maior eficácia na recuperação da informação.

Percecionou-se, neste sentido, que aspetos como a Descrição, os Vocabulários Controlados e a Indexação, no que tange a Representação da Informação, surgem como elementos necessários para a Organização e a Gestão do Conhecimento, tendo em vista o acesso à informação por parte dos utilizadores. O acesso transparece como uma pedra de toque para as ações que os profissionais de arquivo exercem nos acervos documentais. No entanto, tal requer que a Gestão desses acervos documentais concorra para a identificação da rede de relações existentes entre as diversas funções desempenhadas pelas unidades orgânicas / entidades, no cumprimento das atribuições sob sua responsabilidade, do ponto de vista do registo documental dessas funções (inclusivamente, no âmbito de projetos de descrição participativa de arquivos, contando com o apoio das comunidades visadas).

Como limitação, o facto de a interpretação efetuada sobre a amostra de textos representar um recorte teórico e espelhar um retrato, cingindo-se o seu uso ao contexto exclusivo do próprio estudo efetuado, sem a possibilidade de extrapolação a outros contextos. Pelo que, considerando os aspetos dinâmicos da ciência, é necessária investigação consequente, para conhecer as continuidades e descontinuidades do processo.

REFERÊNCIAS

- Alencar, M., & Cervantes, B. (2019). A semântica na organização do conhecimento arquivístico: o caso dos tesouros funcionais. In T. Barros & N. Tognoli (Orgs.), *Estudos avançados em organização do conhecimento: Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas* (pp. 287-297). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125283>
- Bak, G., Allard, D., & Ferris, S. (2019). Knowledge Organization as Knowledge Creation: Surfacing Community Participation in Archival Arrangement and Description. *Knowledge Organization*, 46(7), 502-521.
- Barros, T., & Gomes, D. (2018). Classification and Knowledge Organization Systems: ontologies and archival classification. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: Advances in Knowledge Organization* (vol. 16, pp. 103-111). Ergon Verlag.
- Bräscher, M., & Café, L. (2008). Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. ANCIB. <http://hdl.handle.net/123456789/809>
- Cândido, G., Barros, T., & Redigolo, F. (2017). Indexação e descrição arquivística: relações histórico-conceituais. In F. Pinho & J. A. C. Guimarães (Orgs.), *III Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento: memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento* (pp. 162-169). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121900>
- Chomsky, N. (1999). *Linguagem e mente*. Editora UnB.
- Felipe, C., & Pinho, F. (2017). Mapeamento da produção brasileira sobre indexação de imagens. In F. Pinho & J. A. C. Guimarães (Orgs.), *III Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento: memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento* (pp. 146-153). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121894>
- Frege, G. (1978). Sobre o sentido e a referência. In Alcoforado, P. (Org. e trad.). *Lógica e filosofia da linguagem* (pp. 59-86). Cultrix/EDUSP.
- Freitas, M. C. V. de (2020). Entre a “fala que narra” e a “fala que demonstra”: iniciativas em Arquivos de História Oral e o seu valor na construção das memórias e das identidades sociais. In J. Tramullas, P. G. Picazo & G. M. Cuenca (Eds.), *Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal 2019: XIV Congreso ISKO España* (pp. 205-218). ISKO Ibérico. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3738414>
- Guimarães, J. A. C. (2008). A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Iberoamericana de Ciência da Informação*, 1(1), 77-99.
- Lehmkuhl, C., & Silva, E. (2017). A representação da informação arquivística nos registros civis. In F. Pinho & J. A. C. Guimarães (Orgs.), *III Congresso Brasileiro em*

Organização e Representação do Conhecimento: memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento (pp. 138-145). ISKO Brasil.
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/121893>

- Linden, L., Barros, T., & Bräscher, M. (2017). Conteúdo e contexto em normas de descrição arquivística: uma análise comparativa. In F. Pinho & J. A. C. Guimarães (Orgs.), *III Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento: memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento* (pp. 189-193). ISKO Brasil.
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121922>
- Montoya-Mogollón, J., & Troitiño Rodriguez, S. (2020). Digital Forensics Science and Knowledge Organization: an Interdisciplinary Approach to Addressing the Conceptual Challenges of Born-Digital Records. In M. Lykke, T. Svarre, M. Skov & D. Martínez-Ávila (Eds.), *Knowledge Organization at the Interface: Advances in Knowledge Organization* (Vol. 17, pp. 302-309). Ergon Verlag.
- Mota, M., & Cunha, F. (2019). Estudo de tipologia documental em arquivos pessoais: contribuições para a organização do conhecimento arquivístico. In J. Tramullas, P. G. Picazo & G. M. Cuenca (Eds.), *Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal 2019: XIV Congreso ISKO España* (pp. 137-142). ISKO Ibérico. <http://eprints.rclis.org/38613/>
- Oliveira, L., Panisset, B., & Silva, J. A. (2020). Types of Documents Representations of Who We Are and How the Government Works. In M. Lykke, T. Svarre, M. Skov & D. Martínez-Ávila (Eds.), *Knowledge Organization at the Interface: Advances in Knowledge Organization* (Vol. 17, pp. 338-347). Ergon Verlag.
- Oliveira, L., & Sobral, C. (2017). Arquivos pessoais e seus tipos documentais: a perspectiva da representação. In M. G. Simões & M. M. Borges (Coords.), *Tendências e perspectivas futuras em organização do conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal/XIII Congresso ISKO España* (pp. 1011-1018). Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20.
<https://purl.org/sci/atas/isko2017>
- Oliveira, L., Sobral, C., Panisset, B., & Silva, J. A. (2019). Organização do Conhecimento e identificação tipológica: aportes para projetos de pesquisa em arquivos pessoais. In J. Tramullas, P. G. Picazo & G. M. Cuenca (Eds.), *Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal 2019: XIV Congreso ISKO España* (pp. 173-183). ISKO Ibérico.
<https://zenodo.org/record/3736656#.YZvDavHP1n4>
- Orrico, E., & Silva, E. (2016). Knowledge Organization in Archives: The Brazilian Case. In J. A. C. Guimarães, S. O. Milani & V. Dodebei (Eds.), *Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society: advances in Knowledge Organization* (Vol. 15, pp. 508-514). Ergon Verlag.
- Pret, R., & Cordeiro, R. (2019). A influência dos estudos semânticos no processo da indexação. In T. Barros & N. Tognoli (Orgs.), *Estudos avançados em organização do conhecimento: organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas* (pp. 166-175). ISKO Brasil.
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/123289>

- Schellenberg, T. R. (1980). *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Fundação Getúlio Vargas.
- Schmidt, C., & Mattos, R. (2017). Contribuições ao estudo da ordenação de documentos para arquivística. In M. G. Simões & M. M. Borges (Coords.), *Tendências e perspectivas futuras em organização do conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal/XIII Congresso ISKO España* (pp. 31-39). Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. <https://purl.org/sci/atas/isko2017>
- Silva, A., Evangelista, I., & Guimarães, J. A. C. (2019). Valores éticos em Organização do Conhecimento: uma análise a partir dos estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia da UNESP-Marília. In T. Barros & N. Tognoli (Orgs.), *Estudos avançados em organização do conhecimento: organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas* (pp. 460-467). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125374>
- Silva, A. G., Dias, E., & Rodrigues, J. (2019). Padronização terminológica para o acervo da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde: criação de uma política de indexação e estruturação de um vocabulário controlado. In T. Barros & N. Tognoli (Orgs.), *Estudos avançados em organização do conhecimento: organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas* (pp. 382-389). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125328>
- Silva, C. G. (2021). Investigação documental. In S. Gonçalves, P. Gonçalves & C. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa* (pp. 103-123). Pactor.
- Souza, R. M. (2019). The Representation of Archival Information in Controlled Vocabularies: The Context of the Archival Institutions in Rio de Janeiro. *Knowledge Organization*, 46(7), 548-557. https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_46_2019_7_e.pdf
- Souza, R., Botão, A., & Silva, J. (2017). Cenário da representação da informação na organização do conhecimento: vocabulários controlados de acervos arquivísticos no Rio de Janeiro. In M. G. Simões & M. M. Borges (Coords.), *Tendências e perspectivas futuras em organização do conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal/XIII Congresso ISKO España* (pp. 143-154). Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. <https://purl.org/sci/atas/isko2017>
- Tognoli, N., Milani, S., & Guimarães, J. A. C. (2017). Elementos de indexação para arquivos permanentes: aproximações teóricas preliminares. In M. G. Simões & M. M. Borges (Coords.), *Tendências e perspectivas futuras em organização do conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal/XIII Congresso ISKO España* (pp. 683-692). Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. <https://purl.org/sci/atas/isko2017>
- Tognoli, N., & Rodrigues A. (2018). An Analysis of the theoretical and practical application of Diplomatics to archival description in Knowledge Organization. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: Advances in Knowledge Organization* (vol. 16, pp. 43-51). Ergon Verlag.
- Tognoli, N., Vitoriano, M., & Leme, T. (2017). A classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In F. Pinho & J. A. C.

Guimarães (Orgs.), *III Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento: memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento* (pp. 64-70). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121222>

Troitiño Rodriguez, S. (2018). Different Parameters for Knowledge Organization in Archives. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: Advances in Knowledge Organization* (vol. 16, pp. 160-166). Ergon Verlag.

Troitiño Rodriguez, S., Fujita, M., & Neves, D. (2016). Indexing In Records Management. In J. A. C. Guimarães, S. O. Milani & V. Dodebei (Eds.), *Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society: advances in Knowledge Organization* (Vol. 15, pp. 234-242). Ergon Verlag.

Vital, L., & Bräscher, M. (2015). Representação de assunto em documentos arquivísticos. In *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB): Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes*. UFPB. <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2833/1008>

Vital, L., & Bräscher, M. (2017). Modelo conceitual na descrição arquivística: uma análise sobre a representação temática. In F. Pinho & J. A. C. Guimarães (Orgs.), *III Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento: memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento* (pp. 202-207). ISKO Brasil. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122053>